

CARGA ILEGAL DO URUGUAI



Posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-290, em Eldorado do Sul, na Região Metropolitana. Um caminhão, aparentemente vazio, com placas de Aceguá, na fronteira com o Uruguai, é abordado pelos agentes da PRF. À primeira vista, na carrocera, apenas algumas caixas de verduras vazias. Mas, na verdade, o veículo escondia carga perigosa e ilegal: agrotóxicos proibidos no Rio Grande Sul com destino à Capital.

A carga, de quase uma tonelada (960 quilos), era de Benzoato de Emamectina, usado para combater lagartas nas lavouras, considerado extremamente tóxico e proibido na maior parte do Brasil, incluindo o território gaúcho. O agrotóxico no caminhão não tinha origem definida, nem embalagem adequada. Eram pacotes, apenas com um rótulo de papel, nome do defensivo em inglês, data de validade e o peso, um quilo cada. O motorista do caminhão informou à reportagem que a carga seria entregue na Capital:

– Carregaram lá em Aceguá, nem sabia que tinha nada. Achei que eram só as caixas vazias. Me pagaram R\$ 3 mil e pediram para entregar na frente da Ceasa (Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul) – disse o condutor uruguaio, de 53 anos, dono do veículo e preso em flagrante.

RIVERA É PORTA DE ENTRADA PARA VENENOS PROIBIDOS

É pelo país de origem do caminhoneiro preso em flagrante que entra no Estado grande parte dos agroquímicos ilegais, que vão parar nas lavouras gaúchas. Os produtos, assim como no Paraguai, outra das principais rotas do contrabando, são fabricados no Uruguai a partir de princípios ativos vindos da China. É o que confirma o dono de uma agropecuária em Rivera, cidade vizinha a Santana do Livramento, na Fronteira Oeste. Em um bairro um pouco mais afastado, entre sacos de ração e casinhas de cães, na Avenida Presidente Feliciano Vieira, a reportagem pediu produto para combater lagartas. O homem ofereceu:

– Tenho Benzoato, é bem vendido. Forte. Esse tu usa um litro para 20 hectares. U\$ 100 o litro, é mais caro. Esse é fabricado aqui no Uruguai, mas esses princípios ativos vêm da China, mesmo.



Caminhão com quase uma tonelada de veneno ilegal foi apreendido pela PRF na BR-290

Produto de marca sem registro no Brasil é oferecido para brasileiros em lojas uruguaias



REPORTAGEM FLAGRA VENDA IRREGULAR EM AGROPECUÁRIAS DA REGIÃO METROPOLITANA

Para adquirir agrotóxico no comércio, é necessário receituário agrônomo, fornecido por agrônomo ou técnico. O estabelecimento agropecuário também precisa do especialista, assim como farmacêuticos são exigidos nas farmácias. Mas nem sempre ocorre assim.

O Grupo de Investigação da RBS (GDI) percorreu algumas das agropecuárias da Grande Porto Alegre e constatou que a presença de agrônomos e a exigência de receituário são raras, e flagrou que agrotóxicos são vendidos sem restrição.

Foi o que ocorreu, em 11 e 24 de outubro, em agropecuárias situadas em Viamão, Região Metropolitana. Repórteres flagraram a comercialização de agroquímicos sem qualquer questionamento por parte dos vendedores, embora o produto, Malatol 500, só possa

ser vendido para empresas de desinsetização. Não é permitida a venda a consumidores comuns (pessoas físicas). Mas a agropecuária Tradição Campeira vende sem restrição.

– É fraquinho – pondera o vendedor. Apesar de ser definido como “fraquinho”, o inseticida é usado na concentração 100 ml por 20 litros de água. O Malatol 500 – cujo princípio ativo é o Malathion – ainda é apontado como cancerígeno em estudos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

GERENTE DE AGROPECUÁRIAS ALEGAM DESCONHECER RESTRIÇÃO

A concentração é de 5%, em relação ao total de água. Para ter comercialização livre, só poderia ser de 2%. De acordo com Agên-

cia Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), “um cidadão comum (pessoa física) não pode comprar o Malatol 500”. Mesmo assim, o produto foi oferecido sem objeções ao repórter do Grupo de Investigação.

Outras duas agropecuárias, também em Viamão, acertaram a venda irregular de Malatol 500 para a reportagem: a Agrofer, no distrito de Aguas Claras, e a Agromissioneira, na ERS-118.

Na Agromissioneira, o gerente ofereceu 1 litro de Malatol 500. Inquirido ainda na loja sobre a venda livre ser vetada, ele também alegou desconhecimento:

– Se fosse proibido, eles (as autoridades sanitárias) não deixavam a gente vender.

Questionado novamente pelo GDI, o gerente da empresa, Geraldo Vaz, disse que não sabia da restrição e demonstrou muita surpresa, apesar da inscrição no próprio rótulo do produto: “Venda restrita a instituições ou empresas especializadas. Proibida a Venda Livre”.



Vídeo mostra oferta de lista especial para brasileiros em agropecuária paraguaia em zhora.co/Paraguai2